**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO No 02/2021**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº02/2021

 O Município de Passo de Torres comunica aos interessados que está procedendo **CHAMAMENTO PÚBLICO**, no dia [...] de [...] de 20 [...], no horário das [...]h, na Prefeitura Municipal de Passo de Torres, na Rua Beira Rio, 20, Centro, nesta Cidade, para **AUTORIZAÇÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO**, para pessoas jurídicas ou físicas, com a finalidade exclusiva de promover a instalação e o posterior funcionamento da(s) seguinte(s) atividades: “Beach Club” com atividades culturais, de recreação e lazer; comércio de alimentos e bebidas.

 O espaço público, para fins da autorização de que trata esse edital é:

1. Orla Beira Mar – Passárgada – Passo de Torres (ANEXO I).

**I – CONDIÇÕES PARA A HABILITAÇÃO**

1.1 As pessoas jurídicas interessadas em promover a instalação e o posterior funcionamento das seguintes atividades: “Beach Club” com atividades culturais, de recreação e lazer; comércio de alimentos e bebidas, no local denominado Orla Beira Mar – Passárgada – Passo de Torres, deverão apresentar os seguintes documentos:

1.2 **DOCUMENTOS PARA PESSOAS JURÍDICAS**

 a) registro comercial ou ato de constituição (contrato ou estatuto social), conforme o caso, devidamente arquivado no registro público competente;

 b) prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – CNPJ;

 c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

 d) prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;

 e) prova de regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

 f) comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do chamamento público, e indicação do aparelhamento e do pessoal adequados e disponíveis para a realização a instalação e o posterior funcionamento das atividades de “Beach Club” com atividades culturais, de recreação e lazer; comércio de alimentos e bebidas, mediante apresentação de, no mínimo, 2 (dois) atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, dando conta da execução de atividades compatíveis em características, quantidades e prazos, bem como da qualificação do responsável pela sua execução;

 g) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

 h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

i) Plano de trabalho contemplando os aspectos mínimos nele abordados (ANEXO II).

j) Proposta de valor de medida compensatória no valor mínimo de 21 Unidades Fiscais Monetárias, que totalizam R$ 1.560,09 (um mil quinhentos e sessenta reais e nove centavos), a ser destinada ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, com depósito a ser efetuado até a data de 01 de dezembro de 2021 (ANEXO III).

l) Declaração de implementação até a data de 01 de dezembro de 2021, conforme memorial descritivo e cronograma de implantação (ANEXO IV).

**II – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

2.1 Os documentos previstos nos itens 1.1 (pessoa jurídica), necessários à habilitação, serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 1 (um) envelope, fechado e identificado da seguinte forma:

 AO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO No 02/2021

 ENVELOPE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTAÇÃO)

 PROPONENTE (NOME COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA)

2.2 Os documentos deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou ateste do (s) servidor(es) encarregado(s) da recepção dos mesmos

**III – DO PROCESSAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

3.1 No dia, hora e local indicados no preâmbulo desse edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá o envelope contendo os documentos das pessoas jurídicas, oportunidade em que procederá a verificação da admissibilidade dos mesmos, tanto em relação aos aspectos formais, quanto no tocante aos aspectos materiais, e decidirá acerca da habilitação, ou não, dos interessados na autorização dos espaços públicos indicados no preâmbulo desse edital.

3.2Em todas as fases deste chamamento público serão observadas as normas previstas nas alíneas, incisos e parágrafos do art. 109 da Lei no 8.666/1993.

3.3 O prazo para interposição de recurso relativo as decisões da Comissão de [...], ao julgamento da habilitação, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão objeto do recurso.

3.4 Os recursos, que serão dirigidos à Comissão de Licitação, deverão ser protocolados, dentro do prazo previsto no item acima, no Setor de Licitação, durante o horário de expediente, que se inicia às 13:00min e se encerra às 19:00min, bem como via fax, através do telefone no (48) 3548 0035, sem prejuízo do protocolo do original obedecido o prazo respectivo.

3.5Havendo a interposição tempestiva de recurso, os demais interessados serão comunicados para que, querendo, apresentem contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do recebimento, pela Comissão de licitação, do recurso.

3.6Não serão aceitos recursos ou contrarrazões apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio além do protocolo físico no local e horário indicado acima.

3.7Decorrido o prazo para a apresentação das razões e contrarrazões de recurso, a Comissão de licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Prefeito, acompanhado dos autos do processo, do relatório dos fatos objeto do recurso e das razões da sua decisão.

3.8A decisão do Prefeito, a ser proferida nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento do relatório e das razões de decidir da Comissão de licitação, é irrecorrível.

**IV – JULGAMENTO**

4.1 Serão considerados aptos à autorização de uso todas as pessoas jurídicas que estiverem habilitadas para a celebração do respectivo contrato.

4.2 Havendo um número de habilitados superior ao número de espaços públicos, a escolha será feita pelo participante que melhor ofertar valores nos termos do item “1.2 j”, realizado em ato público para o qual todos os interessados serão previamente convocados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

4.3 A ordem de classificação dos participantes será registrada em ata, inclusive para as hipóteses de chamamento posterior, no caso de os primeiros classificados não comparecerem para a assinatura do contrato de autorização de uso ou por ocasião da execução contratual, em decorrência de rescisões antecipadas.

**V – PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO**

5.1Escolhidas as pessoas jurídicas, a Administração, no prazo de 5 (cinco) dias, procederá a convocação para a assinatura dos contratos, sob pena de caducidade do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital.

5.2Se, dentro do prazo, os convocados não assinarem o contrato, a Administração convocará os interessados remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação.

5.3 O prazo de vigência do contrato será de **12 meses** a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração e com a anuência da autorizatória, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei no 8.666/1993[[1]](#footnote-1).

5.4 É condição para assinatura do contrato que a pessoa jurídica não tenha débitos com o Município de Passo de Torres - SC.

**VI – PENALIDADES**

6.1Aplicação de advertência no caso de descumprimento de obrigações acessórias, quais sejam:

6.2 Aplicação de multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

**VII – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1Os pagamentos pela autorização de uso serão efetuados de forma anual, e deverão ser realizados até o 5o (quinto) dia útil do mês posterior ao da ocupação, em moeda corrente nacional, mediante depósito na conta bancária do Município indicada no contrato.

Taxa de ocupação – R$ 378,42

Declaração SEMMA – R$ 92,87

Alvará Sanitário – R$

Alvará Piscina – R$

Alvará de Funcionamento – R$

Alvará Publicitário – R$ 222,87

7.2 Todos os valores acima mencionados, são corrigidos de acordo com a UFM do ano vigente.

7.3 O pagamento da medida compensatória será efetuado de forma anual, de acordo com a UFM vigente aplicada ao valor inicial da proposta vencedora.

7.4 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, e acrescidos de juros de 0,5% ao mês, *pro rata*, e multa no valor correspondente a 2% (dois por cento) sobre a remuneração mensal.

**VIII – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

8.1A impugnação ao edital será feita na forma do art. 41 da Lei no 8.666/1993, observando-se as seguintes normas:

 **a)** o pedido de impugnação ao editalpoderá ser feito por qualquer cidadão, devendo ser protocolizado até 5 (cinco) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes;

 **b)** os interessados poderão impugnar o edital até o 2o (segundo) dia útil antecedente a data marcada para o recebimento dos envelopes;

 **c)** os pedidos de impugnação ao edital serão dirigidos à Comissão de Licitação no Setor de Compras e Licitação, durante o horário de expediente, que se inicia às [...]h e se encerra às [...]h, bem como via fax, através do telefone no [...], sem prejuízo do protocolo do original obedecidos os prazos das alíneas “a” e “b”.

 **d)** não serão recebidos como impugnação ao edital os requerimentos apresentados fora do prazo ou enviados por e-mail ou por qualquer outro meio além do previsto na alínea anterior.

**IX – DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1Este chamamento público será processado e julgado com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei no 8.666/1993.

9.2Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições dos documentos.

9.3 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os participantes e os membros da Comissão Julgadora.

9.4 Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação (art. 109, inciso I, *a* e *b,* da Lei no 8.666/1993).

9.5 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos a habilitação, não serão admitidos ao chamamento público os participantes retardatários.

9.6 Informações serão prestadas aos interessados no horário da [...]h às [...]h, na Prefeitura Municipal de [...], na Secretaria Municipal de [...], na Rua/Av. [...], no [...], bairro [...], onde poderão ser obtidas cópias do edital, ou pelo fone/fax no [...].

Passo de Torres, 14 de setembro de 2021.

|  |
| --- |
| Este edital foi devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica. Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assessor (a) Jurídico (a) |

Prefeito Municipal

ANEXO I

COORDENADAS DE REFERÊNCIA: 625032.00 m E; 6755602.00 m S

ANEXO II

**PLANO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO**

“Beach Club” com atividades culturais, de recreação e lazer; comércio de alimentos e bebidas, no local denominado Orla Beira Mar – Passárgada – Passo de Torres

Período de Atividades: 17/12/2021 a 16/03/2022

COVID-19

Devido a pandemia que assola a humanidade deverão ser obedecidos todos os protocolos necessários para o devido funcionamento do empreendimento em questão.

Seguir Leis, Decretos e portarias vigentes. (Federal, Estadual e Municipal)

**DADOS DO PROPONENTE**

|  |
| --- |
| Nome/Razão Social: |
| CNPJ: | Telefone: |
| E-mail: |  |
| Endereço: | N°: | Bairro: |
| Complemento: | CEP:  |
| Nome do responsável pela empresa: |
| CPF: | RG: |
| Telefone: | E-mail: |
| Endereço do responsável: |

**DADOS DO PROJETO – INSTALAÇÃO**

O projeto deverá ser implantado de acordo com o projeto aprovado, o que inclui:

1. Projeto arquitetônico
2. Memorial descritivo
3. Relatório preventivo contra incêndio RE5541000165A
4. Declaração Secretaria Municipal de Meio Ambiente 279/2021

**DADOS DO PROJETO – OCUPAÇÃO**

O proponente deverá apresentar horários dentro das seguintes determinações máximas:

Horários de funcionamento - Diariamente

Abastecimento: Das 7h00m às 9h00m

Funcionamento: Das 9h00m às 22h00m com entrada de público – fechamento até as 23h00m

Horário de funcionamento da piscina – Diariamente

Das 9h00m às 20h00m

Datas especiais

1. Reveillón: 31/12/2021 (sexta-feira) a 02/01/2022 (domingo)

Abastecimento: Das 7h00m às 9h00m

Funcionamento: Das 9h00m às 2h00m com entrada de público – fechamento até as 3h00m

1. Carnaval: 25/02/2022 (sexta-feira) a 01/03/2022 (terça-feira)

Abastecimento: Das 7h00m às 9h00m

Funcionamento: Das 9h00m às 2h00m com entrada de público – fechamento até as 3h00m

Nestes dias, o horário de funcionamento da piscina é o mesmo.

**RESÍDUOS (LIXO/ÁGUAS/EFLUENTES)**

1. Deverá apresentado plano contemplando instalação de lixeiras, sendo no mínimo:
* 02 (duas lixeiras), uma orgânica e uma de lixo seco, as quais deverão estar identificadas com placas de incentivo a coleta seletiva de lixo, providas de sacos plásticos para o acondicionamento de seus resíduos (lixo), devendo depositá-los em ponto adequado para a coleta após o expediente;
* O entorno do empreendimento (raio mínimo de 75 metros) deverá ser mantido limpo pelo empreendedor.
1. Águas servidas:

Não poderão ser lançadas águas servidas na faixa de praia ou mar, ficando sob a responsabilidade do responsável pelo Quiosque assegurar o recolhimento das águas e dos resíduos sólidos (lixo) gerados na atividade, dando-lhes destinação final ambientalmente adequada, devendo ser apresentado a esta Secretaria, cronograma de recolhimento, notas e licenças das empresas responsáveis pelo recolhimento.

1. Efluente Sanitário:

Não será permitida a implantação de sanitários com fossas sépticas ou sumidouros na faixa de praia, sendo admitida a colocação de **sanitários químicos**, provisórios e removíveis, cabendo ao responsável pelo Beach Club se **responsabilizar pela coleta dos resíduos gerados** e disposição em local legalmente licenciado para tal, devendo apresentar cronograma e planilha de controle de resíduos para a SEMMA, bem como contrato com empresa responsável pelo recolhimento.

1. Da Poluição Sonora

(Fábio)

 **DA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS**

Os vendedores devem apresentar rigoroso asseio pessoal, ter os cabelos completamente protegidos, unhas curtas e limpas, não utilizar adornos, sendo obrigatória a utilização de jaleco e gorro ou boné, conforme exigência da Vigilância Sanitária;

Os manipuladores de alimentos devem higienizar as mãos constantemente e sempre que tocarem em lixo, dinheiro ou outros locais/objetos não higienizados;

Os alimentos devem estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos) e devem ser mantidos nas condições de temperatura e armazenamento indicadas pelo fabricante;

Somente deve ser utilizado gelo devidamente legalizado pelo Município e mantido livre de contaminações. É vedada a utilização do gelo usado para o condicionamento de bebidas na preparação das mesmas;

As caixas térmicas/ freezer/ geladeiras, utilizadas devem apresentar bom estado de conservação e limpeza e permitir completa vedação;

Somente será permitida a oferta ao consumidor em utensílios descartáveis;

Os canudos oferecidos devem estar embalados individualmente e lacrados, dando-se preferência a canudos de plástico ecológico.

**DO USO E MANUTENÇÃO DA PISCINA**

A piscina deverá ser instalada de acordo com o relatório preventivo contra incêndio, contendo sinalização adequada, cercamento, horário de funcionamento, dentre outros.

Deverá também seguir todas as medidas sanitárias de controle, como por exemplo, controle Ph e Cloro, frequência de limpeza e técnico devidamente habilitado.

**DA PUBLICIDADE**

Deverá ser apresentado os locais de publicidade a serem comercializados, sendo vedado a venda de espaços publicitários.

As publicidades deverão estar de acordo com o Art 37 paragráfo 2° do CDC - Código de Defesa do Consumidor.

**DAS ATIVIDADES E EVENTOS ESPECÍFICOS**

Quanto aos shows e eventos específicos:

Todos os eventos em que ocorrer venda de ingressos e montagem de estruturas especiais deverão estar devidamente autorizados pelas autoridades competentes (bombeiros, polícia, entre outros), seguindo os protocolos sanitários e de segurança necessários;

Conforme o Código Tributário Municipal, deverão ser pagos ao município a alíquota de 2% sobre o valor do serviço prestado.

O empreendedor deverá apresentar CRONOGRAMA de datas referentes a realização dos mesmos, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

ANEXO III

Proposta de valor de medida compensatória no valor mínimo de 21 Unidades Fiscais Monetárias, que totalizam R$ 1.560,09 (um mil quinhentos e sessenta reais e nove centavos), a ser destinada ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, com depósito a ser efetuado até a data de 01 de dezembro de 2021.

ANEXO IV

Declaração de implementação até a data de 01 de dezembro de 2021, conforme memorial descritivo e cronograma de implantação ANEXO IV

1. [↑](#footnote-ref-1)